



MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO

Prefeitura Municipal de Nova Friburgo

Nova Friburgo - RJ

Processo Nº: 35.045/23
Publica dp : Fls: 02

Comprovante de Protocolização

Prezado(a) Senhor(a) **COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS VIEIRA LTDA.**, comunicamos que o registro abaixo foi efetuado com sucesso e que o mesmo já foi encaminhado para o(s) devido(s) setor(es) competente(s) para as devidas

Protocolo: Processo Requerimento Nº 035045/2023

Origem: COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS VIEIRA LTDA.

, - - Nova Friburgo - RJ - Brasil - CEP:

Contato: COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS VIEIRA LTDA.

, - - Nova Friburgo - RJ - Brasil - CEP:

Protocolador: ROSA AMÉLIA LEMOS SILVA

Ato: RECURSO

Detalhamento: RECURSO

Informamos também que o andamento do mesmo pode ser acompanhado via internet. Para isso basta acessar o endereço abaixo ou escanear o QR CODE, e quando requerido, o identificador também deve ser informado para realizar a

Endereço: <https://gpi18.cloud.el.com.br/ServerExec/acessoBase/?idPortal=008D9DCE8EF2707B45F47C2AD10B38E2>

Identificador 36cc50c8-ed43-4028-be15-2e4c07a2312a

Data: 27/12/2023



Pregão/Concorrência Eletrônica

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

À
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO/RJ
Ref.: Pregão Eletrônico nº 209/2023
COMÉRCIO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS VIEIRA LTDA. ("VIEIRA ALIMENTOS"),
sociedade com sede na Avenida Cotril nº 3.060, 4º Distrito – Jamapará,
Sapucaia/RJ, CEP: 25887-000, inscrita no CNPJ sob o nº 10.866.908/0001-36,
por intermédio de suas procuradoras ao final assinadas (DOC. Nº 01), com
fundamento nos arts. 5º, incisos XXXIV e LV, alínea "a", e 37, ambos da
Constituição da República Federativa do Brasil, combinados com as
determinações contidas na Lei nº 8.666/93, mais precisamente o artigo 109, inciso
I, alínea "b" e demais dispositivos legais pertinentes à matéria, vem, perante V.
Exa., interpor o presente
RECURSO ADMINISTRATIVO HIERÁRQUICO
contra a sua inabilitação por suposto descumprimento de requisito de habilitação
técnica previsto no subitem 18.4 do edital.

.I.

TEMPESTIVIDADE:

O prazo para a apresentação do presente recurso é de 03 (três) dias úteis,
nos termos do art. 44, § 1º, da Lei nº 10.024/2019. Considerando que a ciência
acerca da decisão administrativa recorrida se deu no dia 19/12/2023 e que o
termo final do prazo recursal na esfera administrativa apenas se dará em
22/12/2023, este recurso é plenamente tempestivo.

.II.

O MOTIVO DO RECURSO:

O presente recurso é apresentado em decorrência da Recorrente ter sido
inabilitada por suposto descumprimento de requisito de habilitação técnica
previsto no subitem 18.4 do edital, qual seja:

"18.4. No caso de empresas sediadas fora do município de Nova
Friburgo Certificado do SIF-DIPOA Departamento de Inspeção de
Produtos de Origem Animal, ou SIE e/ou Título de Relacionamento
emitido pela Delegacia Federal do Ministério da Agricultura da
sede da empresa";

Isso sob o argumento de que "como foi apresentada marca própria para
todos os itens da proposta, o SIE disponível na documentação de qualificação
técnica não atende ao objeto", haja vista que "só foi apresentado SIE para carnes
e derivados, mas não para pescados e derivados".

Ocorre que, conforme consta expressamente do subitem 18.4, o que está
sendo exigido, a título de qualificação técnica, e de forma genérica, é a
apresentação do título de registro ou título de relacionamento junto ao S.I.F ou
S.I.E especificamente da licitante, sem a exigência de seja apresentada a
mesma documentação relativa à fabricante do produto, e muito menos que o
título junto ao S.I.F, S.I.E ou S.I.M abarque cada gênero alimentício integrante do
lote.

Destaca-se que, no caso de pescados e derivados, apesar do produto
ofertado ser de marca própria da Vieira Alimentos, a sua fabricação é feita por
outra empresa portadora de título de registro no S.I.F, constando da embalagem
as menções "fabricado por" e "embalado por", e a indicação do número de
registro da fabricante

Dessa forma, deve ser respeitada a literalidade do subitem 18.4, aceitando
como preenchido o requisito técnico com a apresentação do título de registro da
licitante Vieira Alimentos.

.III.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

(A)

NECESSÁRIA OBSERVAÇÃO AO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

O art. 41 da Lei de Licitações dispõe que "a administração não pode
descumprir as normas e condições do edital, a qual se acha estritamente
vinculada".

Isso porque, o Edital faz lei entre as partes, porquanto deve ser observado
exatamente os termos do que nele foi posto, *ipsis litteris* (tal como escrito).

Afinal, é pelo Edital que os interessados tomam ciência sobre as regras
para a aquisição de determinado bem, execução de uma obra ou a prestação de
um serviço, em destaque as condições de participação e os critérios de
habilitação.

A partir do momento em que é publicado, os interessados passam a ter
ciência do que é necessário para participar do certame e quais os critérios para
serem habilitados, não podendo o Edital ser alterado sem que seja efetuada uma
nova publicação. Até mesmo para ser possível uma eventual impugnação.

Dessa forma, se escrito que deveria ser apresentado, a título de
qualificação técnica, título de registro ou título de relacionamento
especificamente da licitante (de forma genérica), não pode agora a redação
ser ampliada com o fim de se exigir adicionalmente a apresentação da
mesma documentação em relação à fabricante - em hipótese em que a licitante
e a fabricante são pessoas jurídicas diversas - e muito menos ser
exigido que o título junto ao S.I.F, S.I.E ou S.I.M abarque cada gênero
alimentício integrante do lote, pois isso igualmente não constou
expressamente tal detalhamento em sua redação original.

Sobre o tema, é de grande valia destacar o entendimento do e. STJ. no
Mandado de Segurança nº 5.6-1/DF:

"ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. PROCEDIMENTO
LICITATÓRIO. INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. VINCULAÇÃO DA

ADMINISTRAÇÃO E DOS PARTICIPANTES. PRESSUPOSTOS DE SUA MUTABILIDADE. INOBSERVÂNCIA. MANDADO DE SEGURANÇA CONCEDIDO. Vinculada, que está, a Administração ao Edital - que constitui lei entre as partes - não poderá dele desbordar-se para em pleno curso do procedimento licitatório, instituir novas exigências aos licitantes e que não constaram originariamente da convocação..."1

Exigências adicionais, inclusive, fugiram à premissa de que "o julgamento há de ser simples e objetivo, evitando-se rigorismos extremados, inconsistentes com a boa exegese da lei." (vide Hely Lopes Meirelles, em sua obra Direito Administrativo Brasileiro)

Além disso, cumpre destacar que não há o que se questionar quanto aos padrões de qualidade e segurança alimentar dos itens de pescados e derivados que foram ofertados no certame em referência, estando a empresa disponível a entregar a V.Sas. amostra para comprovação de que são produzidos por empresa detentora de registro no S.I.F.

1 STJ, Primeira Seção, MS: 5601 DF 1998/0002215-5, Rel. Min. Demócrito Reinaldo, Data de Julgamento: 06/11/1998, Data de Publicação: DJ 14.12.1998 p. 81 JSTJ vol. 2 p. 92 RSTJ vol. 119 p. 57.

Inclusive, a apresentação da amostra tal como sugerido é encontra amparo no subitem 7.1 do Termo de Referência, in verbis:

"7.1 Antes da adjudicação, a Coordenação de Nutrição Escolar se reserva o direito de solicitar amostra (s) do (s) produtos ofertados, a fim de garantir sua qualidade;"

Nesse aspecto, cumpre elucidar existir uma diferença entre título de registro E título de relacionamento de uma empresa junto ao S.I.F, S.I.E ou S.I.M.

Uma empresa que detém registro no Serviço de Inspeção (seja federal, estadual ou municipal) pode fabricar seus próprios produtos de origem animal ou comercializar produtos fabricados por terceiros com registro no S.I.F, S.I.E ou S.I.M (respeitando o alcance territorial de cada selo), enquanto que uma empresa com título de relacionamento - por se tratar obrigatoriamente de uma casa atacadista - somente está autorizada a comercializar produtos de origem animal de terceiros, mas não fabricar.

Nessa medida, apesar da Vieira Alimentos ser detentora de título de registro no S.I.E-RJ, e nessa medida estar autorizada a fabricar produtos cárneos próprios, em relação a pescados e derivados a empresa se limita a comercializar produtos fabricados por terceiros que, por sua vez, possuem registro no S.I.F. Por fim, cumpre salientar que há tempos entende-se ser imprópria a exigência de apresentação pelas licitantes, na fase habilitatória, de título de registro ou título de relacionamento junto ao S.I.F, S.I.E ou S.I.M, eis que, com base na Lei de Licitações e na jurisprudência das Cortes de Contas, referida imposição deverá ser dirigida somente à empresa vencedora do certame, como condição de contratação.

Desta feita, considerando que a Administração Pública tem o dever de anular seus atos quando constatado vício insanável que o macula (vide súmulas 4732 e 3463 do e. STF), seja de ofício ou por provocação, confia-se e espera-se que essa r. Comissão de Licitação dará provimento ao presente recurso, com o fito de anular a inabilitação da Recorrente.

.IV.

CONCLUSÃO:

Diante de todo o exposto, requer-se, sob pena da adoção das medidas judiciais cabíveis, que essa respeitável Comissão de Pregão se digne de:

- i. dar provimento ao presente recurso ao Edital nº 049/2023, com o fim de anular a inabilitação da Recorrente, declarando-a vencedora do Lote 4;
- ii. não sendo acatado o pedido acima formulado, realizar a remessa do presente recurso à autoridade que lhe for imediatamente superior, a fim de que a mesma o aprecie, como de direito; e
- iii. intimar as demais licitantes para, querendo, impugnarem o presente recurso administrativo.

Termos em que,
Pede deferimento.

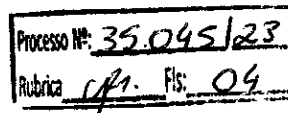
Sapucaia, 22 de dezembro de 2023.

Ariana Dias Pereira

OAB/RJ nº 221.360

3Súmula 376: "A Administração Pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos".

Fechar



▪ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

CONTRARRAZÃO :

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 209/2023 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO

Pregão nº 209/2023

Processo Administrativo nº 15887/2023

COMERCIAL MILANO BRASIL LTDA, empresa inscrita no CNPJ sob o nº 01.920.177/0001-79, com sede à Estrada Velha do Pilar, nº 1083, Chácara Rio Petrópolis, Duque de Caxias, Rio de Janeiro, por seu procurador infra firmado, vem à presença de V. Sª, com fundamento na Lei 10520 de 17/07/02 e no item 19 do Edital, apresentar

CONTRARRAZÕES AO RECURSO

Ao Recurso interposto pela empresa COMÉRCIO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS VIEIRA LTDA. mediante os fatos e fundamentos que passa a expor.

DA TEMPESTIVIDADE

O item 19 do Edital estabelece as regras para a interposição de Recursos Administrativos, estabelecendo, no item 19.2., o prazo de 03 dias para a apresentação das razões recursais e outros 03 dias subsequentes para a apresentação das contrarrazões. Nos seguintes termos:

"19.2 - Será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis, para o encaminhamento, por meio do sistema eletrônico, das razões do recurso, ficando as demais licitantes, após a apresentação das razões, intimadas a apresentar contrarrazões em igual prazo, também via sistema, contado do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista dos autos."

Assim, em 22 de dezembro de 2023, a Recorrida tomou ciência dos termos do Recurso interposto pela Recorrente, passando a contar, da referida data, o prazo para a apresentação de suas contrarrazões, findando-se em 28/12/2023. Desta forma, resta demonstrada a tempestividade da presente.

DOS FATOS

O procedimento em questão foi deflagrado sob a modalidade de pregão, na forma eletrônica, do tipo menor preço por lote, tendo por objeto aquisição de gêneros alimentícios (hortifrutigranjeiro, cereais, carnes, laticínios e panificação) para confecção da merenda escolar nas unidades escolares da rede pública de ensino, em atendimento ao programa nacional de alimentação escolar PNAE, para o aluno da rede municipal de educação, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação (SME) no ano letivo de 2024.

A recorrente interpos Recurso Administrativo, insurgindo-se quanto a decisão contra a sua inabilitação por descumprimento de requisito de habilitação técnica previsto no subitem 18.4 do edital que assim estipula:

"18.4. No caso de empresas sediadas fora do município de Nova Friburgo Certificado do SIF-DIPOA Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal, ou SIE e/ou Título de Relacionamento emitido pela Delegacia Federal do Ministério da Agricultura da sede da empresa";

O SIE apresentado pela Recorrente na documentação de qualificação técnica não atende ao objeto, uma vez que só foi apresentado SIE para os itens carnes e derivados, não tendo sido apresentada a documentação para os itens pescados e derivados.

Argumenta a Recorrente que a descrição do Edital não deixa claro que deveria ser apresentada a documentação técnica relativa a cada gênero alimentício integrante do lote.

As argumentações pela Recorrente trazidas não merecem guarida, visto que a sua inabilitação ocorreu em conformidade com as normas editalícias, sendo certo que os documentos apresentados para o Grupo 4 carnes, não estão em conformidade com a legislação aplicável.

DO DIREITO

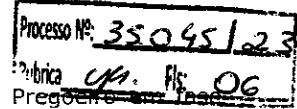
A Recorrente foi inabilitada porque não cumpriu com as regras Editalícias. Conforme descrição abaixo foi apresentada marca própria para os produtos ofertados, porém, o SIE vinculado aos produtos não atende ao objeto uma vez que não foi apresentado o registro para os itens pescados e derivados:

Pregoeiro 28/11/2023 14:30:03 Informamos que a empresa COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS VIEIRA LTDA foi inabilitada por não atendimento ao subitem 18.4 do Edital.

Pregoeiro 28/11/2023 14:30:28 Como foi apresentada "marca própria" para todos os itens na proposta, o SIE disponível na documentação de qualificação técnica não atende ao objeto.

Pregoeiro 28/11/2023 14:31:11 Conforme resposta ao pedido de esclarecimento enviado pela empresa INFINITY MULTISERVIÇOS LTDA, disponível no sistema Compras e em Prefeitura Municipal de Nova Friburgo - RJ (pmmf.rj.gov.br), as empresas que manipulam alimentos precisam ter SIE referente ao gênero alimentício específico.

Pregoeiro 28/11/2023 14:31:25 No caso em tela, só foi apresentado SIE para carnes e derivados, mas não para pescados e derivados.



Resta evidenciado que a Recorrente não se atentou para os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro anterior, antecedente a realização do certame:

Resposta 06/11/2023 16:21:07

Educacao Orcamento Nova Friburgo 6 de novembro de 2023 às 16:09 Para: 'licitacaopmmf@gmail.com' ----- Mensagem reencaminhada ----- De: Nutrição SME Para: Educacao Orcamento Nova Friburgo Enviado: segunda-feira, 6 de novembro de 2023 às 16:06:08 GMT-3 Assunto Re: Fw: Esclarecimento_Pregão nº 209/2023_ PROCESSO Nº: 15.887/2023 Boa tarde. Segue esclarecimentos: 18.3 - Será aceito somente a Licença de Funcionamento, conferida pelo órgão sanitário da respectiva Unidade de Federação. Dentro do contexto de controle higiênico sanitário, vale pontuar o item 13.8.10 do TERMO DE REFERÊNCIA: 13.8.10 Reserva-se a contratante o direito de controlar inicialmente e periodicamente seus fornecedores através de visitas que visam fiscalizar o controle higiênico sanitário do local de fabricação, estocagem e distribuição dos gêneros alimentícios. 18.4 - As empresas que manipulam produtos de origem animal deverão apresentar: No caso de empresas sediadas fora do município de Nova Friburgo Certificado do SIF-DIPOA Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal, ou SIE e/ou Título de Relacionamento emitido pela Delegacia Federal do Ministério da Agricultura da sede da empresa; Atenciosamente, Setor de Nutrição Escolar Secretaria Municipal de Educação de Nova Friburgo (22) 25332536 Ramal 224

O edital é claro quanto a exigência de apresentação do Certificado do SIF-DIPOA Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal, ou SIE e/ou Título de Relacionamento emitido pela Delegacia Federal do Ministério da Agricultura da sede da empresa, sendo certo que a documentação deveria ser apresentada para todos os produtos que compoem o grupo lícitado.

Caso a recorrente não estivesse de acordo com o Edital ou tivesse dúvidas com relação ao teor dos esclarecimentos prestados poderia ter utilizado a prerrogativa de impugnar o edital. Não impugnando oportunamente, deixou precluir tal direito uma vez que não há como discutir a interpretação das cláusulas editalícias em grau de Recurso.

Destaca que Lote em questão é composto por Carne de frango, carne bovina e pescados e a licitante apresentou em sua proposta marca própria com a seguinte descrição: "Vieira Alimentos SIE-RJ 1207", cujo registro não pode ser utilizado para manipular/embalar pescados.

De acordo com a diligência realizada no SIE - Serviço de Inspeção Estadual a empresa Vieira jamais poderia apresentar uma amostra de acordo com sua proposta. Assim, mesmo que fosse ultrapassada a questão relativa ao registro a recorrente seria desclassificada por sua amostra ser divergente do que foi ofertado na proposta.

Resta evidenciado que o ato praticado pelo Pregoeiro está coberto pela legalidade, uma vez que tanto o Edital quanto os esclarecimentos prestados deixam claro quais os documentos que deveriam ser apresentados pelas licitantes.

Necessário ressaltar que as respostas aos pedidos de esclarecimento possuem efeito aditivo e vinculante, a medida que não só acresce ao edital, como também vincula a todos os licitantes e à Administração Pública, que não pode decidir em sentido diverso daquele o qual já havia se manifestado.

Importante trazer o posicionamento de Marçal Justen Filho sobre o tema que se posiciona nos seguintes termos:

"(...) é prática usual, fomentada pelo próprio art. 40, inc. VIII, que a Administração forneça esclarecimentos sobre as regras editalícias. A resposta formulada administrativamente apresenta cunho vinculante para todos os envolvidos, sendo impossível invocar o princípio da vinculação ao edital para negar eficácia à resposta apresentada pela própria Administração'. Acrescenta, ainda, que 'a força vinculante da resposta ao pedido de esclarecimento envolve as hipóteses de interpretação do edital. Ou seja, aplica-se quando há diversas interpretações possíveis em face do ato convocatório. Se a Administração escolhe uma ou algumas dessas interpretações possíveis e exclui outras (ou todas as outras), haverá vinculação' ('Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos'. 11ª ed., São Paulo: Dialética, 2005, pp. 402/403).

Do mesmo modo o Tribunal de Contas da União no Acórdão nº. 299/2015 - Plenário, julgado em 25/02/2015 -Min. Vital do Rêgo assim se pronunciou:

"ESCLARECIMENTOS PRESTADOS ADMINISTRATIVAMENTE PARA RESPONDER A QUESTIONAMENTO DE LICITANTE POSSUEM NATUREZA VINCULANTE PARA TODOS OS PARTICIPANTES DO CERTAME, não se podendo admitir, quando da análise das propostas, interpretação distinta, sob pena de violação ao instrumento convocatório [...] considerando que os esclarecimentos prestados administrativamente, emitidos justamente para responder a questionamento da ora recorrente, possuem natureza vinculante para todos os licitantes, não se poderia admitir, quando da análise das propostas, interpretação distinta, sob pena de violação ao instrumento convocatório "O Superior Tribunal de Justiça já decidiu que a resposta de consulta a respeito de cláusula de edital é vinculante, desde que a regra a assim explicitada tenha sido comunicada a todos os interessados (Resp. 198665/RJ), como foi no presente certame."

Pelo princípio da igualdade entre os licitantes, a Administração Pública deve conduzir a licitação de maneira impessoal, sem prejudicar ou privilegiar nenhum licitante, sendo certo que, desde que preencham os requisitos exigidos todos devem ser tratados com isonomia.

Esse princípio é mencionado no art. 3º da Lei de Licitações, e enfatizado pelo art. 41 da mesma lei que dispõe que "a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada", sendo um dos pilares da licitação.

As citações acima confirmam a legalidade do ato praticado pela Comissão de licitação que inabilitou a recorrente, visto que o ato foi praticado em estrita obediência aos princípios da legalidade, da isonomia e da vinculação ao Edital.

| | |
|--------------|-------------|
| Processo Nº: | 35.045/23 |
| Publica | cf. Fls. 07 |

DO PEDIDO

Assim, ante todo o exposto, requer o indeferimento do recurso interposto pela empresa COMÉRCIO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS VIEIRA LTDA., in totum, como medida que se impõe, a fim de que sejam mantidos os princípios constitucionais que devem nortear os procedimento licitatórios, entre eles o princípio da legalidade, da isonomia e da vinculação ao Edital.

Tendo em vista que o chat de contrarrazões não possibilita anexar documentos citados na presente, estaremos enviando as contrarrazoes com seus anexos tambem por endereço eletrônico(licitacaopmnf@gmail.com)

Aguarda deferimento.

COMERCIAL MILANO BRASIL LTDA.
ROSE MARY LEITE FRADE CAVALIERI - DIRETORA EXECUTIVA

Fechar

Comissão de Pregão I

Nova Friburgo, 28 de dezembro de 2023.

À Secretaria Municipal de Educação

Assunto: **Recurso Administrativo Pregão Eletrônico nº 209/2023**

Trata-se de **RECURSO ADMINISTRATIVO** interposto pela empresa **COMÉRCIO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS VIEIRA LTDA**, por intermédio de suas procuradoras com fundamento nos arts. 5º, incisos XXXIV e LV, alínea "a", e 37, ambos da Constituição da República Federativa do Brasil, combinados com as determinações contidas na Lei nº 8.666/93, mais precisamente o artigo 109, inciso I, alínea "b" e demais dispositivos legais pertinentes à matéria, em face de ato administrativo praticado pela **PREGOEIRA** da Comissão de Pregão I, no Edital **Pregão Eletrônico n.º 209/2023**.

Em tempo, informamos que esta Pregoeira e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria nº 016 de 05 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 06 de janeiro de 2022, que constitui a Comissão de Pregão I, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.

Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento ao recurso, reconsideração das exigências e tempestividade, e interesse processual, conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de recurso.

A empresa **COMÉRCIO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS VIEIRA LTDA** apresentou recurso para o lote 04 em 22/12/2023, conforme documento anexado às fls. 03 e 04.

Destaco que o prazo final para decisão é dia 09/01/2024.

Comissão de Pregão I

Dessa forma, encaminho o presente processo, na forma que dispõe o edital, com as razões da recorrente para pronunciamentos de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado, conforme Processo Administrativo Instrutivo nº 15.877/2023, pois trata-se de tema estritamente ligado a questões técnicas.

Atenciosamente,

KARLA
BRAGA
MACHADO:0
7620502769

Assinado digitalmente por KARLA
BRAGA MACHADO:07620502769
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC
SOLUTI Multiple v5, OU=
14259348000102, OU=Presencial, OU
=Certificado PF A3, CN=KARLA
BRAGA MACHADO:07620502769
Razão: Eu sou o autor deste
documento
Localização:
Data: 2023.12.28 16:22:25-03'00"
Foxit PDF Reader Versão: 12.0.2

Karla Braga Machado

Pregoeira Substituta – Comissão de Pregão I

| MEMORANDO | |
|--------------|--|
| Data: | 28 de dezembro de 2023 |
| Memo GAB nº: | 1166 /2023 |
| De: | Setor de Nutrição |
| Para: | Comissão de Apoio ao Pregão |
| Assunto: | Ref. Pregão Eletrônico n. 209/2023 - Lote/Grupo 4 – Inabilitação técnica |
| PA | Processo n. 15.887/2023 (apenso processo nº 35045/2023) |

Trata-se de Recurso Administrativo da empresa licitante Comércio de Gêneros Alimentícios Vieira Ltda., inscrita no CNPJ sob n.10.866.908/0001-36, em face do julgamento do Lote/Grupo 4 – inabilitação técnica, pregão Pregão Eletrônico n. 209/2023, cujo objeto é a Aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (HORTIFRUTIGRANJEIRO, CEREAIS, CARNES, LATICÍNIOS E PANIFICAÇÃO) PARA CONFECCÃO DA MERENDA ESCOLAR nas Unidades Escolares da Rede Pública de Ensino, em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE, para o alunado da rede municipal de educação, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação (SME) no ano letivo de 2024.

Inicialmente, cumpre destacar que o Edital prevê no item 18.4, que as empresas deveriam apresentar Certificado do SIF-DIPOA Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal, ou SIE e/ou Título de Relacionamento emitido pela Delegacia Federal do Ministério da Agricultura da sede da empresa.

Ocorre que, o licitante apresentou tão somente o Título de Registro – SIE, registrado somente ENTREPOSTO DE CARNE BOVINA e DERIVADOS, no entanto, a proposta apresentada no pregão englobava todos os itens de marca própria, portanto, em atendimento a legislação vigente para comercialização e manipulação de produtos de origem animal, deveria o licitante apresentar os documentos exigidos para ENTREPOSTO DE PESCADO.

Vale frisar que a qualificação técnica é uma das formas de garantir o fiel cumprimento do edital e hierarquicamente cumprir todas a legislação sanitária




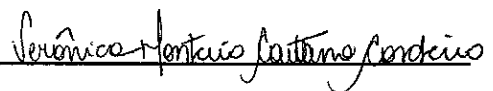

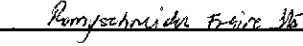

**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

SECRETARIA
DE EDUCAÇÃO

NOVOS TEMPOS,
NOVOS DESAFIOS

Processo Nº: 35.045 / 23
Rubrica: *CP* Fls: 11

vigente, cabendo ao licitante observá-las em respeito aos princípios da legalidade, vinculação ao edital, eficiência e todos os princípios que norteiam o certame, não havendo que se falar em ampliação ao edital, uma vez que este está em consonância com as regras sanitárias em vigor, cabendo o indeferimento integral do Recurso apresentado.

| | |
|--|--|
|  Bruno Valverde – Coordenador de Nutrição Escolar Matrícula PMNF nº 107.315 |  Corpo Técnico Verônica M. C. Cordisco Nutricionista CRN 4 09100742 Mat 107.304 |
|  Manuella Carestato Faria Nutricionista CRN-4 15100955 PMNF - Mat. 116.280 Corpo Técnico |  Corpo Técnico Romyschneider Freire Nutricionista CRN 961008976 |
| <p>De acordo,</p>  Caroline Moura Klein Secretária Municipal de Educação | |

Comissão de Pregão I

DECISÃO DE RECURSO REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº209/2023.

Processo Licitatório nº: 15.887/2023

Processo Recurso nº: 35.045/2023

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (HORTIFRUTIGRANJEIRO, CEREAIS, CARNES, LATICÍNIOS E PANIFICAÇÃO) PARA CONFEÇÃO DA MERENDA ESCOLAR nas Unidades Escolares da Rede Pública de Ensino, em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, para o alunado da rede municipal de educação, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação (SME) no ano letivo de 2024.

Trata-se de RECURSO interposto pela empresa COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS VIEIRA LTDA, inscrita no CNPJ: 10.866.908/0001-36, através do Sistema Compras, com fulcro na Lei n.º 8.666/93, do Art.º 109, Inciso I, alínea "a" - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Recurso Administrativo, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Recurso nº 35.045/2023.

I. DAS PRELIMINARES

Comissão de Pregão I

Abrimos o prazo para recurso a partir do dia 19/12/2023. Conforme consta em Ata de Realização do Pregão Eletrônico que integra o Processo 15.887/2023, a empresa COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS VIEIRA LTDA manifestou a intenção de interpor recursos, conforme questionamentos anexados aos autos às fls. 3 e 4.

Por uma simples análise do presente Recurso, verifica-se que o mesmo foi enviado com os requisitos necessários para sua apreciação, apresentando-se com os documentos necessários e tempestivamente, reunindo as hipóteses legais intrínsecas e extrínsecas de admissibilidade.

II. DAS ALEGAÇÕES DA SOLICITANTE

Em síntese, alega a recorrente que teria sido inabilitada equivocadamente, pois, apesar de o produto ofertado ser de marca própria da Vieira Alimentos, a sua fabricação é feita por outra empresa portadora de título de registro no S.I.F, constando da embalagem as menções "fabricado por" e "embalado por", e a indicação do número de registro da fabricante. Dessa forma, deveria ser respeitada a literalidade do subitem 18.4, aceitando como preenchido o requisito técnico com a apresentação do título de registro da licitante Vieira Alimentos.

III. DAS CONTRARRAZÕES

Em síntese, alega a empresa COMERCIAL MILANO BRASIL LTDA que o SIE apresentado pela recorrente na documentação de qualificação técnica não atenderia ao objeto, uma vez que só foi apresentado SIE para os itens carnes e derivados, não tendo sido apresentada a documentação para os itens pescados e derivados, que também integram o lote 4.

Comissão de Pregão I

IV. DA ANÁLISE TÉCNICA DO SETOR RESPONSÁVEL

Segundo o parecer técnico do Setor de Nutrição da Secretaria Municipal de Educação, a empresa não teria cumprido os requisitos necessários para a habilitação, pois "... o licitante apresentou tão somente o Título de Registro – SIE, registrado somente ENTREPOSTO DE CARNE BOVINA E DERIVADOS, no entanto, a proposta apresentada no pregão englobava todos os itens de marca própria, portanto, em atendimento a legislação vigente para comercialização e manipulação de produtos de origem animal, deveria o licitante apresentar os documentos exigidos para ENTREPOSTO DE PESCADO".

V. DA DECISÃO DA PREGOEIRA

Isso posto, com fulcro no art. 17, inciso VII, do Decreto Federal n.º 10.024/2019, e art. 17, inciso VII, do Decreto Municipal n.º 599/2020, e sem nada mais evocar, CONHEÇO do Recurso Administrativo interposto pela empresa COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS VIEIRA LTDA no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 209/2023, e, subsidiada pelo parecer técnico do Setor de Nutrição da Secretaria Municipal de Educação acostado às fls. 10 e 11, no mérito, **NEGO PROVIMENTO**, permanecendo o julgamento anteriormente proferido, mantendo habilitada a empresa COMERCIAL MILANO BRASIL LTDA no Pregão em comento.

Informamos que esta decisão será publicada na íntegra em <https://www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacao/> e seu extrato em <http://www.comprasnet.gov.br>.

Nova Friburgo, 29 de dezembro de 2023.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

PROCESSO Nº: 35.045/2023

RUBRICA: *dp*, FOLHA: 15

Comissão de Pregão I

KARLA
BRAGA
MACHADO
:07620502
769

Assinado digitalmente por
KARLA BRAGA
MACHADO:07620502769
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=
AC SOLUTUM Múltipla v5, OU=
14259348000102, OU=
Presencial, OU=Certificado PF
A3, CN=KARLA BRAGA
MACHADO:07620502769
Razão: Eu sou o autor deste
documento
Localização:
Data: 2023.12.28 16:58:12-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 12.0.2

Karla Braga Machado
Pregoeira Substituta – Comissão de Pregão I
Matricula: 990.996